



# Anais da Assembléia

Nº 71

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rery Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Gerakio Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**Ato da Presidência:**

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 01/97**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º, do Art. 34, combinado com o Inciso XIII, do Art. 20, do Regimento Interno,

**D E C L A R A:**

Constituída a Comissão Especial para acompanhar as negociações que envolvem a reabertura da Estrada do Colono, composta pelos Deputados Cafo Quintana, Edgar Bueno, Élio Lino Rusch, Ademar Traiano, Augustinho Zucchi, Irineu Colombo e Nereu Moura conforme requerimento aprovado na Sessão Ordinária do dia 14 de maio do corrente ano, de autoria do Deputado Cafo Quintana.

Gabinete da Presidência, em 15.05.97

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1997.  
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e João Techy.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Cafo Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiese, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pérciles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1060**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, realização de Sessão Solene para entrega de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Erwin Gröger, no dia 05.06.97, às 16h30min.

Sala das Sessões, em 15.05.97

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 1061**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, após ouvido o soberano Plenário,

REQUER à consignação na Ata da presente sessão de um Voto de Louvor aos Pioneiros de Maringá.

A.A. de Assis, Adriano Valente, Algemira Forcelli Camacho, Alvaro Fernandes, Américo Marega, Ana Regina Andrade, Angelo Planas, Aniceto Gomes, Anicleto Malti, Annibal Bianchine, Antenor Fernandes, Antenor Sanches, Antonio Facci, Antônio M. Manicardi, Argeu Dias, Augusto Strictar, Bárbara Barros, Benivaldo Ramos Ferreira, Carlos Alibeiti, Cecílio Lima, Célia Alcântara Rosa, César Vale Bom, Charles Carniel, Ciro Ludgero, D. Donzinha, Dirce Righetti, Doné Jaime Luiz Coelho, Elisa Andó Kawasaki, Felizardo Menequetti, France Luz, Francisco Casa Grande, Francisco Rocamora, Geraldo Altoó, Guiomar Maciel Facci, Hilário Alves, Honorato Vecchi, Iva Moreira, Izaltino Machado, João Fernandes Maciel, João Paulino, João Piovezan, João Schipper, Joaquim Dutra, José Borim, José Mineiro, Karlos Stankovicz, Kiozo Andó, Laércio Ferreira Lopes, Leonino Ruggeri, Lourenço Picoli, Luiz Gonçalves, Luiz Lavorenti, Maria Ferreira, Maria Leite Palma, Mário Cordioli, Mário Reis, Martins Martin Martinez, Michel Felipe, Miguel Julio Mendes, Mirosłay Sendeski, Nadyr Penteado Virmond, Newman da Silva Gomes, Osvaldo Chiechetta, Paulo Ueta, Paulo Vieira de Camargo, Provino Pozza, Roderlei Geraldo de Oliveira, Rodolfo Purpur, Saulo Virmond, Shirlei Moreschi, Solon Ribeiro, Stefânia Alves, Tutomo Tanouc, Vladimir Babkov, Waldemar Buosi, Waldemiro Planas.

Maringá chega aos 50 anos crescendo a passos firmes e com muito orgulho de sua gente, que acredita no que faz, e faz com competência.

O vertiginoso progresso apresentado pelo município é fruto do trabalho e do esforço dos pioneiros e das gerações que com garra os sucederam.

Por isso, é de inteira justiça o reconhecimento ora proposto, porque traduz a alegria de todos os Maringenses que desejam ver o desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais abrangente do nosso município.

REQUER, ainda, que da decisão do Plenário, se dê ciência aos Senhores Jornalistas Verdelirio Barbosa - Diretor Proprietário de "O Jornal do Povo" e Franklin Vieira da Silva - Diretor Proprietário de "O Diário" de Maringá.

Sala das Sessões, em 15.05.97.

(a) JOEL COIMBRA.

**REQUERIMENTO Nº 1065**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado de Educação, solicitando a liberação de um micro computador, com impressora jato de tinta, para a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura do Município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 15.05.97.

(a) TOTI COLAÇO.

**REQUERIMENTO Nº 1066**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Programa de Adequação de Estradas Rurais, ao Município de Irati.

A presente solicitação, visa atender os agricultores das regiões mais distantes da sede do município, que encontram dificuldades no escoamento da safra agrícola, devido a má conservação das vias de acesso.

Sala das Sessões, em 15.05.97.

(a) TOTI COLAÇO.

**REQUERIMENTO Nº 983**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de acordo com as suas atribuições regimentais, REQUER o envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Alexandre Fontana Beltrão, Secretário de Estado de Ciências e Tecnologia, solicitando informações sobre o caso envolvendo a Universidade Esta-

dual de Maringá (UEM) e a empresa FREMA.

O Boletim número 01/97 da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá - ADUEM, publica (matéria anexa) artigo denunciando envolvimento da UEM na importação de equipamentos para uma empresa privada de nome FREMA.

Assim sendo, solicitamos cópia de inteiro teor dos processos (sindicância, auditoria, etc.) movidos para apurar responsabilidades.

Sala das Sessões, em 15.05.97

(a) DR. ROSINHA.

#### REQUERIMENTO Nº 1062

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais e com base no que prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER seja oficiado ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Luiz Fernando Lara, solicitando ao mesmo que informe a esta Assembléia os motivos do não pagamento das diárias, desde janeiro do corrente ano, aos policiais militares que atuam na Polícia Rodoviária.

Suspensão dessa natureza, ou seja, do pagamento das diárias para os policiais que atuam na Polícia Rodoviária, já aconteceu alguns anos atrás e agora se repete deixando os policiais sem condições de custear as despesas de alimentação enquanto estão prestando serviços nas ruas das cidades.

É lamentável essa atitude do comando da Polícia Militar e a determinação em questão precisa ser explicada aos trabalhadores que estão nas ruas para garantir a segurança dos demais cidadãos.

Sala das Sessões, em 15.05.97.

(a) EMERSON NERONE.

#### REQUERIMENTO Nº 1063

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais e com fulcro no que dispõe o artigo 55 da Constituição Estadual, o minado Deputado com assento nesta Assembléia Legislativa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando ao mesmo que preste as seguintes informações, para esclarecimento público:

1. Quais os motivos da troca do fardamento dos policiais militares;

2. quais os itens que compõem a farda, especificado por categoria de praças e oficiais;

3. quais os valores cobrados dos policiais militares relativos à compra de cada item da farda, especificando os

valores por categoria.

Solicita-se, ainda, cópia autenticada dos processos de licitação relativos às compras de todos os itens das fardas.

Sala das Sessões, em 15.05.97

(a) EMERSON NERONE.

#### REQUERIMENTO Nº 1064

Senhor Presidente.

Observadas as disposições constitucionais e regimentais, em especial o artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado Deputado com assento nesta Assembléia Legislativa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando ao mesmo que informe a esta Casa de Leis os valores repassados pela Polícia Militar à Associação da Vila Militar - AVM -, mês-a-mês, nos últimos dois anos, especificando o motivo desses repasses.

Solicita-se, outrossim, que se informe quais são os materiais negociados entre a Polícia Militar e a Associação da Vila Militar e qual o custo dos mesmos para a PM, especificando esses valores e itens mês-a-mês, no mesmo prazo de item anterior (dois anos), bem como se foi efetuado procedimento licitatório.

As informações solicitadas destinam-se a esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 15.05.97

(a) EMERSON NERONE

#### REQUERIMENTO Nº 1067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, de acordo com as suas atribuições regimentais, REQUER o envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Alexandre Fontana Beltrão, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, solicitando informações sobre o caso envolvendo a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a empresa Frema.

Boletim número 01/97 da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá - ADUEM - pública (Matéria anexa) artigo denunciando envolvimento da UEM na importação de equipamentos para uma empresa privada de nome FREMA.

Assim sendo, solicitamos cópia de inteiro teor dos processos (sindicância, auditoria, etc.), movidos para apurar responsabilidades.

Sala das Sessões, em 15.05.97

(a) DR. ROSINHA.

# PRESERVAR A IMAGEM DA UEM É APONTAR OS RESPONSÁVEIS POR IMPORTAÇÕES DUVIDOSAS

## O CASO FREMA

Em meados de 1994, na gestão do então Reitor Décio Sperandio, começou na UEM, uma operação no mínimo duvidosa.

Todos os docentes têm conhecimento, que a UEM, por ser uma instituição pública, tem benefícios fiscais nas importações de equipamentos e materiais destinados ao ensino e à pesquisa. Obviamente, todas essas operações estão subordinadas à legislação federal que, por sinal, é rígida. O desvio de finalidades nessas importações poderá colocar a UEM numa situação difícil perante o fisco e prejudicar enormemente as suas atividades.

Alguns "espertos" vislumbrou nessas leis uma maneira de beneficiar uma Empresa Japonesa, coligada aqui na região de Maringá com uma empresa privada de nome FREMA. "Ingenuamente", começou aí uma maneira de internar materiais, equipamentos e outros produtos como se fossem para a UEM. Ato contínuo, esses produtos saíam da alfândega diretamente para o prédio da tal empresa. Muitas vezes nem foram tombados pelo patrimônio da UEM. O que se estranha é que todas essas operações nunca tenham sido submetidas ao Conselho de Administração.

Esse assunto veio à público, talvez por "descuido" dos responsáveis pela transação e o que se nota, por um parecer da PJU, é que nunca seria divulgado.

A Comissão de Sindicância instaurada no final do ano passado, responsável pela averiguação dos fatos, encaminhou, na conclusão, a abertura de Processo Administrativo. Neste mês, após 3 ou 4 meses de

engavetamento pelo Gabinete do Reitor, a matéria voltou ao CAD, oportunidade em que o assunto e o relato saiu do Conselho para o conhecimento dos "mortais".

Certamente, esse importante fato não veio à público antes, em nome do velho chavão desgastado da reitoria de que não devemos denegrir a imagem da Universidade. Análogo ao problema psicológico da prostituta que quer preservar sua imagem, fazendo "ponto" nas paradas de ônibus, disfarçando-se de passageiro, ela passa horas esperando por um ônibus que nunca chega. O que querem? Preservar a imagem da Universidade ou dos administradores de plantão?

Isso tudo acobertado pelos **asseclas** do poder, que não têm capacidade de gerir a coisa pública com a preocupação do coletivo. Fazem do setor público seus "trampolins" eleitorais, quando não o transformam em espaços privados para garantir o assédio da "clientela" ávida em tomar o primeiro lugar na fila e saborear a "carniça" do que resta dos impendentes.

O Conselho de Administração, responsável pela matéria, deve tomar todas as providências para que uma Comissão de Inquérito levante, com toda a isenção, os responsáveis pela dilapidação do patrimônio público e obrigue os mesmos a devolverem o dinheiro surrupiado da UEM e do erário público.

Além do Inquérito interno, o mínimo que se espera do Reitor é que convoque, por meio do Conselho Universitário, uma Auditoria completa nas contas da Universidade e, se necessário, comunique à promotoria pública, sob pena de ser conivente com estes desmandos.

## EXPEDIENTE

### DIRETORIA

PRESIDENTE.....	Nelson Martins Garcia
VICE-PRESIDENTE.....	Celso Cesar Corrêa
TESOUREIRO.....	Rafael Campos Bezerra
VICE-TESOUREIRO.....	José Batista de Azevedo
SECRETÁRIO GERAL...	Luiz Carlos Assumpção Neves
VICE-SECRETÁRIO.....	Cícero Lopes Frota
DIRETOR SOCIAL.....	Sérgio Luiz Carlos dos Santos

### ADUEM

Rua Profº Itamar O. Soares, 305  
Jardim Universitário  
CEP: 87.020-270 Maringá-PR  
FONE/FAX : (044)224-1807 ou  
(044)222-4407  
INTERNET  
aduem@cybertelecom.com.br

## REQUERIMENTO Nº 1068

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, de acordo com as suas atribuições regimentais, REQUER o envio de Pedido de Informações às Universidades Estaduais e Faculdades Isoladas, através do Exmo. Sr. Alexandre Fontana Beltrão, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, solicitando informações sobre os salários e Cargos de Confiança das mesmas.

1. Lista nominal e respectivos valores, mês a mês, de todos os que ocuparam e ocupam cargos com o FGs e CCs no período compreendido entre dezembro de 1990 e abril de 1997.

2. Existe ou existiu alguma outra simbologia, além de FGs e CCs, para designar outros cargos de confiança, nessas entidades, no período especificado acima?

2.1. Se sim, quais são?

2.2. Se existe ou existiu, solicitamos a lista nominal e respectivos valores, mês a mês, de todos os que ocuparam e ocupam esses cargos, no período compreendido entre dezembro de 1990 e abril de 1997.

3. Anexar a(s) normas(s) legal (ais) usada(s) para nomear os ocupantes de todos os cargos de confiança, independente da simbologia, e efetuar os respectivos pagamentos.

4. O número de diárias pagas por essas entidades, mês a mês, de dezembro de 1990 até abril de 1997, com os nomes dos favorecidos e os respectivos valores.

5. Especificar mês a mês, as despesas que cada Universidade ou Faculdade Isolada teve com a folha de pagamento no ano de 1996 e 1997, até o mês de abril. Especificar as despesas dos componentes da folha de pagamento:

Salário de Pessoal

Salário de Pessoal Docente

Cargos em Comissão

Gratificação de Chefia

Gratificação Tempo Integral ou Dedicção Exclusiva

Incentivo Salarial

Quinquênios

Salário Família

13º Salário

Outros componentes, especificando-os

\* Explicar o significado.

Sala das Sessões, em 15.05.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

## REQUERIMENTO Nº 1069

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração, solicitando as seguintes informações.

1 - Até a data da publicação desta resolução (nº 7851) como era feito a locação, aquisição ou arrendamento mercantil de veículos pela Administração Direta e pela Indireta do Estado?

2 - Cópia de todos os contratos de locação, aquisição ou arrendamento mercantil de veículos pela administração Direta e Indireta do Estado, firmado entre o estado e as empresas até a data da publicação da Resolução nº 7851.

3 - Cópia do contrato assinado para a locação dos carros colocados a disposição do I.M.L.

Sala das Sessões, em 15.05.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças.

PT, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Venho à tribuna hoje para tratar de um assunto que está sendo notícia na imprensa nacional desde ontem publicado na Folha de São Paulo, de que quatro Deputados Federais do Acre numa gravação de telefone confessam terem recebido cada um 200 mil reais para votar na emenda da reeleição, e, no relato fazem referência a dois Go-

vernadores, do Acre e do Amazonas, Amazonino Mendes Auleir, e ontem na continuidade da revelação da Folha de São Paulo ficou a comprovação do nome do Ministro das Comunicações Sérgio Motta, de que estes recursos teriam vindo do Governo Federal através do Sérgio Motta para a compra dos votos dos Deputados que assim aceitaram. Hoje a Folha de São Paulo traz mais revelação ainda, traz a revelação de que um Deputado, Ronivon Santiago, que já foi expulso do PFL, acho que a direção do PFL nacional agiu corretamente porque as perguntas que o Luiz Eduardo Guimarães fez na Executiva do PFL foram as seguintes perguntas: "Algum dos Senhores Deputados membro da executiva do PFL acredita que a fita é falsa ou que a fita é montada? Não acreditam. Tem alguma dúvida de que o Deputado recebeu este dinheiro? Vocês tem alguma dúvida de que se quebrar o sigilo bancário destes Deputados não vão enxergar que as suas dívidas nos Bancos e os problemas financeiros foram sanados? Não, não temos dúvidas nenhuma. Então, Luiz Eduardo Magalhães: Eu como membro da Executiva proponho a expulsão destes Deputados. Se alguma dúvida existia em relação à fita, em relação a qualquer outro tipo de montagem da publicação feita no Jornal a Folha de São Paulo que é a alusão levanta da pelo Ministro Sérgio Motta, a direção do PFL não tem dúvida nenhuma tanto é que expulsou sumariamente os Deputados envolvidos na gravação telefônica. É mais grave ainda porque agora na Folha de São Paulo no dia de hoje a revelação de que o Ministro Sérgio Motta concedeu uma televisão no Acre e está com a promessa de conceder mais uma rádio para este mesmo Deputado que confessou receber 200 mil reais para a venda do seu voto no Congresso Nacional. Não sei aonde nós vamos parar se a sociedade, se o Poder Legislativo não tomar medidas drásticas para impedir que este tipo de coisa aconteça.

Ontem eu ouvi um comentário de um Jornalista, o Sr. Anselmo Duarte que é jornalista da Revista Veja, que fez na televisão. Ele disse o seguinte: Bom, eu sempre soube que no Poder Legislativo do Congresso Nacional existem perto de 300 picaretas, não sei se era aquilo que o Lula falou mas existe um núcleo de picaretas, de pessoas que estão lá para fazer bandidagem, bandidagem. Agora, sei que na Presidência da República tem um homem honesto e um homem honrado que se chama Fernando Henrique Cardoso, até prova em contrário. Mas o Poder Executivo para conviver com aquela lama que existe no Congresso Nacional escalou um homem. Este homem chama-se Sérgio Motta, que é o homem incumbido pelo Governo Federal de tratar todos os assuntos importantes que dizem respeito ao Congresso Nacional. Pois bem, o Anselmo Duarte diz o seguinte, não adianta, porco quando entra no chiqueiro ele também sai com o focinho cheio de farelo. Alusão do Jornalista. E hoje está na Folha de São Paulo de que a direção do PFL e a direção do PMDB vão se reunir com o Presidente Fernando Henrique Cardoso para sugerir que o Presidente afaste o Ministro Sérgio Motta do governo, porque a Câmara dos Deputados no Congresso Nacional já conquistou ontem às 9:30 da noite as assinaturas suficientes para a instalação de uma CPI. Com a informação do jornalista, Nelson de Sá, correspondente da Folha de São Paulo de que outras informações virão à tona entre hoje e amanhã, não haverá como não se instalar uma CPI no Congresso Nacional. E cá entre nós, se quatro Deputados confessaram que receberam, Deputados do Acre, receberam 200 mil reais, são cinco no total, Deputado Tavares, um milhão de reais para cinco Deputados para votarem na emenda da reeleição, o que eu posso pensar do que aconteceu com os outros Deputados?

Não quero dizer que a maioria dos Deputados receberam dinheiro para votar, porque eu não concordo com a pecha de que o Congresso Nacional como um todo é uma instituição, aonde pessoas venais estejam lá representando o povo. Mas nós temos o direito de suspeitar que um grande número de Deputados Federais recebeu exatamente aquilo que a CNBB numa carta, alertando o Presidente da República, há questão de um mês e meio atrás e que foi veementemente contestada pelo Poder Executivo Central, chamando a atenção dos Bispos do Brasil para que eles comprovassem que tinha tido fisiologismo, no Congresso Nacional. Agora, o Presidente da República é que tem que

demonstrar o gesto porque há comprovação de que houve fisiologismo, houve troca de favores e houve até no do ponto de vista ético, corrupção, com venda e compra de votos no Congresso Nacional.

Por isso nós temos apresentando hoje aqui Senhor Presidente, uma moção endereçada ao Congresso Nacional e ao Presidente da República e gostaria de contar com o apoio da Bancada do PFL que as investigações sejam apuradas até as últimas consequências no Congresso Nacional, são as instituições democráticas que ficam abaladas com esses episódios e mais do que isto exigir do Presidente da República que afaste imediatamente o Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, porque não está envolvido apenas com a compra de votos de Deputados Federais, mas está envolvido com a concessão de uma rádio e de uma televisão, conforme hoje comprovam as gravações na Folha de São Paulo.

**O Sr. Dr. Rosinha - Permite um aparte, Deputado?**

(Assentimento) - Só para lembrar duas coisas. Uma que há cerca de dois meses atrás a Folha de São Paulo trouxe denúncias da venda de concessões de rádio que agora se soma novamente a outras denúncias no mesmo sentido. É um lembrete para ver que já tem um passado de denúncia de uso viciado de concessões de rádios, no qual envolvia, inclusive um Deputado do Paraná que esboçou-se o pedido inclusive de uma CPI e que foi impossível instalá-la no Congresso Nacional. A segunda questão que a Folha de São Paulo traz também hoje é que a Liderança do PMDB e do PFL chamam os Ministros Sérgio Motta de cota pessoal do Presidente da República na divisão dos Ministérios, que não foi uma cota partidária, foi aquela que coube ao Presidente indicar como homem de confiança.

Acho que isto é muito importante porque ao longo do Governo do Fernando Henrique, Sérgio Motta tem se comportado de uma maneira, às vezes, até mal educada, e de uma maneira arrogante em relação aos demais partidos, e demais personalidades ou autoridades a nível nacional e estadual.

Vejo o comportamento dele em relação ao Governador Jaime Lerner, quando disse, quando o Governador não assumiu posição de que seria "tratorado" pelo Governo Federal.

Essa postura, de nunca ser chamado à atenção, pelo nosso Presidente Fernando Henrique, significa que pode ter um comprometimento maior. Por isso, que é importante o afastamento do Ministro e a instalação de uma CPI, porque sem uma CPI é impossível verificar até quanto que há um comprometimento do Ministro ou não ou até indo mais adiante a nível de poder. E também coloca-se sob suspeição a votação da emenda da reeleição.

A CNBB denunciou recentemente, como bem lembrou você, e aí demonstra esse envolvimento maior, e coloca sob suspeição o Congresso Nacional, qual é o número de votos que foram conseguidos com esse tipo de manobra, com esse tipo de atuação, levantando suspeita sobre a aprovação daquela emenda.

**O SR. ÂNGELO VANHONI -** Só para concluir a última frase, não em relação ao PSDB do Paraná e a Bancada do PSDB, aqui, na Assembleia Legislativa, mas muita gente diz, e assim também acho, que o atual Governador Jaime Lerner é um homem de sorte.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -** Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 478/96, que autori-

za o Poder Executivo a instituir gratificação especial correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos aos servidores Públicos do Estado do Paraná lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID, EM REGIME DE URGÊNCIA, APROVADO.

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 478/96  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir gratificação especial correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos aos servidores que prestam atendimento aos portadores de paralisia cerebral e/ou múltiplas deficiências, lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID.

Parágrafo Único - O servidor lotado no CRAID terá incorporado aos seus proventos de aposentadoria a gratificação especial de que trata o art. 1º da presente lei, se houver exercido atividade nele prevista por um período não inferior a 5 (cinco) anos consecutivos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.97.

(aa) CEZAR SELEME - Presidente  
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 528/96, que autoriza o Poder Executivo ceder ao Município de União da Vitória o imóvel que especifica, APROVADO.

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 528/96  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, de conformidade com o disposto no art. 10, da Constituição do Estado do Paraná, autorizado a ceder à Prefeitura Municipal de União da Vitória, o seguinte imóvel e suas benfeitorias: um terreno urbano, sito na Cidade de União da Vitória, com área de 427,266 m<sup>2</sup>, localizado entre as Ruas Cruz Machado e Getúlio Vargas, fazendo frente para a Rua Ipiranga, medindo 9,20 metros de frente, 30 metros de lado da Rua Cruz Machado e 20 metros do lado da Rua Getúlio Vargas, confrontando com a linha de fundos com terreno de Astolpho Macedo de Souza, o qual possui 27,25 metros. BENFEITORIA: Acha-se edificado no imóvel acima descrito de uma edícula em alvenaria, com dois pavimentos, coberto com telhas de barro, com a área total de 513,00 m<sup>2</sup>, sob nº 123, o qual acha-se concluído desde 1951. O referido imóvel está registrado no livro das transcrições e transmissões do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, neles no de nº 3-R, às fls. nº 18 sob nº de ordem de 16.385, de 18 de agosto de 1.949. O mencionado imóvel, atualmente, pertence ao 2º Ofício do Registro de Imóveis da mesma Comarca, conforme certidão anexa, fornecida pelo Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, datado de 14 de novembro de 1996.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta Lei, será utilizado exclusivamente pela Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores do Município de União da Vitória.

Art. 3º - A doação a que se refere o art. 1º da presente Lei, fica gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, só podendo ser utilizada para as finalidades contidas no art. 2º desta Lei, retornando ao Patrimônio Estadual, caso seja desvirtuado o uso daquele imóvel, não podendo, também, ser cedido a qualquer título a terceiros.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.97.

(aa) CEZAR SELEME - Presidente  
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 551/96, que declara

de Utilidade Pública a Pequena Obra Franciscana, com sede e foro nesta Capital. **APROVADO.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 551/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Pequena Obra Franciscana, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.05.97.

(aa) CEZAR SELEME - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 04

3º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que altera o Art. 1º da Lei nº 1.419 que declara de Utilidade Pública o Centro Educacional Renascer. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., APRECIAR NESTE TURNO EMENDA, APROVADA EM 2º DISCUSSÃO. **APROVADO.**

ITEM 05

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Diamante do Norte - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Planta Jardim Pioneiro, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública Estadual a Federação de Atletismo do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/97, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Erwin Gröeger. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação das Voluntárias de Caridade de Rolândia, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 093/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Voluntárias de Caridade, com sede e foro na cidade de Rolândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Voluntárias de Caridade de Rolândia, é uma sociedade civil criada sem fins lucrativos, com objetivo de prover recursos para o desenvolvimento de programas de atendimento destinado a crianças e adolescentes, além de organizar a participação por parte da sociedade civil em estudos, acesso e divulgação cultural, portanto, claramente voltado ao interesse comunitário.

Além dos recursos arrecadados junto à sociedade, através de promoções, a Associação depende de captação junto a órgãos públicos e, para habilitar-se, necessita ser declarada de Utilidade Pública, razão porque submeto o presente projeto de lei à apreciação desta Casa e conto com a sua aprovação pelos nobres Parlamentares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 93/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Voluntárias de Caridade de Rolândia, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda por estar de acordo com a Lei 6994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 06.05.97.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 11

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Menino Jesus - ABEMJE, com sede no Município de São João do Caiuá e foro no Município de Alto Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 178/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Menino Jesus - "ABEMJE", com sede no Município de São João do Caiuá e foro no Município de Alto Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Menino Jesus - "ABEMJE" de São João do Caiuá, fundada em 06 de abril de 1984, é constituída por um número ilimitado de associados, tratando de uma entidade de caráter beneficente, com duração indeterminada, sem fins lucrativos sem distinções políticas ou raciais e condições sociais.

São os objetivos da Associação: promover o bem estar individual ou familiar sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência moral e material, entre outros serviços prestados a comunidade.

Tendo em vista os motivos supracitados contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 178/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Walmor Trentini tem por objetivo declarar de Utilidade Pública



blica a ABEMJE com sede em São João do Caiuá e foro em Alto Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/97, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Cafelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 180/97

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Cafelândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

A APMI tem como função a nobre tarefa da proteção e assistência à maternidade, à infância e à adolescência em geral, promovendo o auxílio às crianças, adolescentes e gestantes reconhecidamente pobres.

Proporciona também a recreação e educação de crianças cujas mães trabalham fora do lar e de crianças órfãs e abandonadas.

As futuras mães é dada toda a instrução necessária no que se refere à saúde e alimentação do bebê, reservando-se especial atenção no preparatório pré-natal.

Atua na proteção, tratamento e educação de crianças com deficiências físicas, mentais e sociais.

É pela nobreza das atividades exercidas pela APMI que solicito aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 180/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Edgar Bueno tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APMI do Município de Cafelândia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1060, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti. constante do expediente. Aprovado. À

Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1061, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1062 a 1064, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1065 e 1066, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1067 e 1068, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1069, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 983 e 985, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. Retirados pelo autor.

Requerimento nº 1039, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

Foi pedida verificação de votação. 8 Senhores Deputados aprovam, 20 rejeitam.

Rejeitado o requerimento do Deputado Vanhoni.

Lembro aos Senhores Deputados que hoje às 16 horas haverá uma Sessão Solene de entrega de Título de Cidadã Benemérita a Senhora Helena Kolody.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para registrar as presenças, na sessão de hoje do Prefeito de São Pedro do Iguaçu, Francisco Dantas, conhecido como nosso Chiquinho, acompanhado pelo Vereador Arlindo Bassin e também pelo Secretário Geral da Prefeitura Aldoir Zampiva. Bem como a presença de dois Vereadores de Marechal Cândido Rondon, Valdir Sackser e Nilson Hachmann.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, lembrando os Senhores Deputados da Sessão Solene, a realizar-se hoje às 16:00 horas, para outorga do Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná à Senhora Helena Kolody, por proposição do Deputado Eduardo Trevisan. Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 19, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 302/96, 081 e 141/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 093, 178, 180/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 332 e 472/96; 005, 007, 116, 117 e 207/97.

Levanta-se a sessão.